

POBREZA NO BRASIL: SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE CLASSES

Luiz Vicente Fonseca Ribeiro¹

Resumo

O artigo trata do problema da pobreza no Brasil através da perspectiva do marxismo enquanto análise de classes. Está na agenda da discussão teórica e metodológica o objetivo de estabelecer outra forma de definir e mensurar o fenômeno da pobreza. A pobreza pode ser conceituada, avaliada e bem ponderada através da estratégia de análise de classes que utiliza o conceito de exclusão de ativos e sua ampliação criativa para a idéia de posições de classe destituídas. O objetivo é propor uma estratégia analítica que focaliza o que determina os resultados materiais obtidos pelas pessoas em uma economia de corte capitalista. O realismo crítico foi adotado como suporte meteórico. A hipótese é que um modelo de classes bem construído responde aos dilemas presentes no amplo campo do tema escolhido porque este tipo de perspectiva encontra respostas que estão arraigadas na estrutura social do mundo. Ao ser colocado em primeiro plano o tema geral da pobreza, a classe detém uma importância explicativa primordial porque o aspecto material é um dos principais fatores. Esse conhecimento é fonte essencial de informações para políticas públicas, não somente no que diz respeito aos tipos de políticas e serviços que devem ser adotados para a melhoria das condições de vida da população, mas principalmente para a promoção de mais justiça social. Para atingir esse propósito é indispensável avaliar quais os fatores que determinam as relações entre as posições sociais destituídas, as características dessas posições e as trajetórias que projetam os agentes nessas circunstâncias. O estudo sobre a pobreza com base no modelo da análise de classes também preenche um espaço importante no diagnóstico da estratificação e exclusão social desde a Sociologia clássica.

Palavras-chave: Pobreza. Classe. Posições de classe.

INTRODUÇÃO

Há um interesse crescente não apenas entre os cientistas sociais em questões que se referem ao tema da pobreza. É possível notar, por exemplo, que na página principal do sítio online do Banco Mundial o slogan logo abaixo do título é, em tradução livre: “Trabalhando por um mundo livre da pobreza”. A importância que tomou tal assunto se deve principalmente ao aumento expressivo da pobreza nas últimas décadas e à visibilidade que esta atingiu com o processo de globalização (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.1). Não só para o mundo, mas principalmente para o Brasil, após a posse da presidente Dilma Rousseff ficou clara a importância deste tema para o país. Em seu discurso de posse a presidente afirma “A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema...”, em outro trecho diz

“...temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso...”. A presidente em seu primeiro pronunciamento nacional reafirmou o compromisso com o combate à pobreza, e mais do que isso, ao lançar a sua nova logomarca o governo federal expôs o novo slogan que irá acompanhar o mandato da presidente: “País rico é país sem pobreza”.

O tema da pobreza desde muito tempo é frequente nas ciências sociais, apesar de que muitas vezes apenas esteja associado a outros objetos de estudo. Porém, com o erigir de tal objeto a problema social torna-se necessário que este seja explorado também em sua dimensão macro, tal como já ocorre na produção de grande parte dos economistas (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.181; GRUSKY e KANBUR, 2006, p.2). Está na agenda tanto da sociologia quanto da economia a discussão teórica e metodológica que tem por objetivo inaugurar outra lógica para definir e mensurar o fenômeno da pobreza.

Seguindo essa tendência este artigo tem por objetivo propor uma forma de abordar o fenômeno da pobreza. O objetivo não é só o de propor, mas também defender, diante de outras formas, uma estratégia sociológica que focalize o que determina o resultado e não o resultado em si. A maior parte dos trabalhos sobre o tema da pobreza – dos quais esta

dissertação quer se distinguir e pretende se contrapor – focalizam unicamente a dimensão da renda em suas análises (SEN, 2008, p.39; BOURGUINON, 2006, p.76).

Para que tal estratégia seja colocada a primeira batalha se trava na dimensão conceitual. As teorias são compostas de conceitos, das relações entre conceitos e formulações que especificam as razões que presidem as relações entre os conceitos. Conceito é um símbolo que representa uma idéia sobre um fenômeno. As pessoas usam conceitos todo dia para lidar com a complexidade do mundo ao categorizar o que é encontrado na realidade de acordo com certas propriedades que são julgadas importantes. Os conceitos nas ciências sociais destacam atributos que são relevantes para qualificar e diferenciar fenômenos que existem no mundo social, no caso deste trabalho trata-se especificamente da pobreza.

A formação de um conceito refere-se ao processo de ajustar termos, referentes e atributos definidores com o objetivo de maximizar o desempenho do conceito na investigação empírica sistemática. É necessário considerar três dimensões ao pensar a formação dos conceitos: um termo ou palavra (dimensão linguística ou significante), uma definição (dimensão ideativa ou de significado) e um referente empírico (dimensão fenomênica). Especificamente, trata-se de como é

possível fazer conexões entre o mundo fenomenal, o presumido objeto-problema da ciência social e o mundo linguístico em que a ciência social toma forma (GERRING, 2001, p.35). A formação de conceitos, portanto, está no coração de todos os esforços das ciências sociais (GERRING, 2001, p.35). É impossível realizar o trabalho sem usar conceitos e mais importante do que isso, os conceitos não são estáticos e, portanto, os trabalhos sobre um determinado objeto necessariamente envolvem a reconceptualização desse mesmo objeto (GERRING, 2001, p.35). O progresso das ciências sociais, em vista disso, é inevitavelmente ligado à reconstrução de conceitos através dos quais buscamos compreender a realidade (WEBER, 1949, p.105-6 apud GERRING, 2001, p.35).

O realismo crítico, ou realismo causal, é adotado como suporte meta-teórico. Acredita-se que a única saída para a fragmentação, perda do potencial explicativo e perda da relevância social que acometem as ciências sociais é a adoção do realismo crítico como meta-teoria. Não há uma grande teoria total nem unificadora capaz de dar acesso aos níveis subjacentes dos fenômenos em um mundo tão estruturado. Neste mundo multifatorial, multicausal, onde diversos processos se desenrolam, essência e aparência não coincidem e por isso é necessária a reunião

de evidências que demonstrem e expliquem a realidade. E para que seja possível o levantamento de evidências empíricas robustas é necessária a formulação de conceitos coerentes, válidos, úteis, ressonantes e operacionalizáveis. Uma abordagem ontológica, realista e causal dos conceitos considera que o desenvolvimento de um conceito não se restringe a uma simples clarificação semântica e ao oferecimento de uma definição. Uma visão ontológica focaliza os elementos constitutivos fundamentais de um fenômeno. Os conceitos são elementos essenciais para organizar racionalmente a investigação empírica visando à descrição e a explicação dos fenômenos sociais.

A aceitação de princípios ontológicos básicos não deve ser arbitrária, nem estes princípios devem ser escolhidos ao acaso, esta solução deve estar ancorada no acúmulo de conhecimento proporcionado pela ciência moderna. Thomas Brante (2001, p.14) ajuda ao elencar alguns princípios do realismo causal. Em primeiro lugar e mais fundamental para o avanço nas ciências sociais está o princípio ontológico, ou seja, é preciso assumir que existe uma realidade independente das nossas representações ou da nossa consciência dela. Isto implica dizer que a realidade existe por si só e esta realidade é “conhecível”, o que se

desdobra na afirmação de que a ciência não se esgota em si mesma, é extralinguística e tem algo a dizer para a sociedade. Brante (2001, p.14) ainda relata estes outros: princípio ontológico para as ciências sociais, ou seja, existe uma realidade social independente das nossas representações ou da nossa consciência dela; princípio epistemológico, onde, é possível adquirir conhecimentos relativos a essa realidade; e, finalmente, princípio metodológico, que consta da afirmação de que todo conhecimento é falível, e corrigível.

Através do compartilhamento destes pressupostos gerais desta metateoria é possível avançar sobre outras noções importantes para este trabalho. A noção de causalidade aqui, e para o realismo crítico, não é determinística. A causalidade não deve ser compreendida de uma forma positivista, onde só há uma conexão causal quando houver uma conjunção constante de condições, eventos ou fatores. É admitida uma variação, conforme o contexto. Esta é uma idéia mais permissiva de causalidade, há uma dependência do contexto. Os efeitos são condicionais, o que existem são tendências, o mundo é um mundo de propensões. Mas, não é a única tarefa do cientista social apenas relatar as regularidades. Necessário se faz

estabelecer as conexões de sentido entre estas.

Outra noção importante é a de realidade estruturada em diversos níveis, ou seja, o mundo social está estratificado em diversos níveis autônomos e não redutíveis uns aos outros. Estes níveis também não são definidos de forma arbitrária, mas conforme o acúmulo das ciências sociais. Brante (2001, p.21-27) propõe a estratificação em cinco níveis: individual, interindividual, institucional, interinstitucional e internacional. Estes níveis podem ser combinados ao longo de um eixo que compreende a estrutura social, estrutura cultural e o ator. No caso deste trabalho a exposição se desenvolverá primordialmente no nível nacional (ou interinstitucional como prefere Brante) associado com a preocupação acerca da estrutura social, apesar de algumas das perspectivas aqui apresentadas optarem por outras combinações.

Apesar do otimismo inicial, o trabalho é árduo e para transformar estas formulações iniciais em afirmações com fundamento científico é preciso considerar as proposições alternativas. Assim, este trabalho se dividirá conforme segue: primeira seção, Perspectiva Econômica, Renda; segunda seção, Perspectiva Sociológica, Classes; terceira seção, Perspectiva Sociológica, Subculturas; quarta seção, Perspectiva de Amartya

Kumar Sen, Capacidades; quinta seção, Perspectiva Sociológica de Classes Ampliada; e finalmente, Conclusão. Apesar da opção pela perspectiva sociológica da análise classes já poder ser deduzida como a preferência do autor, a sustentação desse posicionamento pode ser explicada pelas razões a serem desenvolvidas abaixo.

PERSPECTIVA ECONÔMICA: RENDA

Economia e sociologia não desenvolveram seus estudos sobre o tema da pobreza completamente independentes uma da outra. Mas para cada uma destas disciplinas existe uma abordagem mais característica. No caso da perspectiva econômica, é com certeza a análise da pobreza feita a partir do conceito de renda. Isto significa dizer, de forma um pouco crua e em outras palavras que, para a economia, a pobreza é a situação de baixíssima renda ou mesmo de renda inexistente para determinado número de indivíduos. Dentro da perspectiva econômica também existe uma diferença entre os conceitos de pobreza e miséria. São considerados indivíduos que vivem na pobreza aqueles que têm apenas o suficiente para sobreviver. Já aqueles que não têm nem mesmo o necessário para garantir sua subsistência são alocados em

uma posição de miséria. Neste artigo não é feita essa diferenciação, considera-se a miséria compreendida pela situação de pobreza.

Tratando-se exclusivamente do que acontece no meio acadêmico, a ciência econômica é uma das disciplinas que mais se comprometeu com o entendimento da pobreza, e que mais produziu trabalhos sobre o assunto enquanto fenômeno macro social (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.181). Grande parte da literatura econômica sobre a pobreza depende da definição dos pobres a partir de seu padrão de vida, expresso em alguma métrica monetária, normalmente o rendimento ou a despesa de consumo per capita, que está abaixo de um nível arbitrariamente predeterminado, a denominada “linha de pobreza”. Em termos absolutos, as organizações internacionais preocupadas com este tema costumam definir este nível como: um dólar ou dois dólares por dia para uma pessoa. Esta é uma medida convencional largamente empregada. A operação consiste em seguir os seguintes passos: primeiro é especificada a linha da pobreza abaixo da qual as pessoas são diagnosticadas como pobres, passa-se à contagem do número de pessoas que estão abaixo deste nível de renda predeterminado, então define-se o índice de pobreza como a proporção do total da população que se encontra abaixo deste

nível. Amartya Sen e François Bourguignon chamam esta concepção e operacionalização de “paradigma da renda”.

A partir destas considerações e outras de ordem mais técnica a economia desenvolveu vários mecanismos para definir e mensurar a pobreza. Muitos foram os trabalhos e alguns tentam resumir o que se passou durante as últimas décadas. O de David Brady (2003), além de apresentar os critérios necessários para o que julga ser a adequada mensuração, apresenta o que chama de “Revolução Ordinalista”, seguindo o trabalho pioneiro de Amartya Sen (1976). Brady aborda de uma forma mais completa essa evolução, melhor até que trabalhos posteriores de Sen (2008). Apesar da orientação sociológica do trabalho e de trazer reflexões deste campo, a abordagem se assemelha mais com a escola econômica e econométrica. Brady (2003) expõe cinco formas de mensurar a pobreza, além do Headcount (H) e do Income Gap (I), existem três mais sofisticadas, Intervalar (HI), Ordinal (O) e Soma de Ordiniais (SO).

Cada uma dessas formas de mensurar oferece direções frutíferas para a investigação sobre a pobreza. A medida mais corriqueira da pobreza é o indicador denominado Headcount, ou “incidência”, denotado por H, uma mera apuração da

percentagem da população que está abaixo de certo limite de renda. Apesar de sua útil simplicidade, H tem recebido várias críticas. H é “cru” (SEN, 1976, p.219), porque ignora a distribuição de renda entre os pobres e não contém nenhuma informação sobre a profundidade da pobreza. Para responder a estas críticas ao Headcount, foi formulado outro parâmetro estatístico agregado que possa dar conta do quanto as pessoas estão abaixo desta linha da pobreza, que possa assim estimar a profundidade da pobreza. Convencionalmente, a profundidade é medida como a diferença média dos pobres para determinada mediana da renda ou daquela para a linha da pobreza preestabelecida (BRADY, 2003, p.728). Esta privação média, o Income Gap ou “hiato de renda” (denotado por I), mede a renda adicional que seria necessária para elevar todos os pobres até o nível da linha de pobreza. A estratégia de mensuração intervalar incorpora a quantidade e profundidade da pobreza. A forma de mensuração ordinal garante que os profundamente pobres afetem desproporcionalmente o índice utilizado. Ao contrário de HI, O pondera o índice levando em conta a desigualdade entre os pobres e reflete a posição de que a condição suportada pelos profundamente pobres é qualitativamente mais degradante e, por isso, mais importante para a análise

do que aquela suportada pelos que se encontram mais próximos da linha de pobreza. Com a soma de ordinais é possível representar graficamente análises descritivas dos pobres. Ao contrário de HI ou O, SO fornece uma exibição clara dos padrões interpretáveis na distribuição dos pobres (BRADY, 2003, p.729). Claro que, com a desvantagem de ser uma medida menos precisa do que HI ou O (BRADY, 2003, p.729). Em suma, houve um ganho para os analistas em considerar essas múltiplas medidas de pobreza. Dependendo dos interesses teóricos, cada medida traz certas vantagens e desvantagens. Porém, para Sen (2008, p.169) a principal questão no contexto da medição da pobreza no espaço de rendas é a necessidade de prestar atenção a todos os três aspectos: incidência, profundidade e distribuição.

Estas noções são válidas também para a literatura econômica nacional. Mas, como definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é resultado da análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica (ROCHA, 2006, p.10), cabe uma breve apreciação de dois trabalhos de autores nacionais que tratam do tema em relação ao Brasil. Para a literatura econômica do país a noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação e o fenômeno é complexo, uma situação na

qual as necessidades não são atendidas. Sonia Rocha (2006, p.9-10) acredita que para superar esta definição ampla e vaga é preciso nomear que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. Assim, a definição depende do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em outras palavras, ser pobre quer dizer que a pessoa assim considerada não dispõe de meios para operar adequadamente no grupo social em que vive. Esta privação pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis (HOFFMANN e KAGEYAMA, 2006, p.80). Sonia Rocha, Rodolfo Hoffmann e Angela Kageyama também estão preocupados com o caráter absoluto ou relativo na forma como se aborda o tema da pobreza, bem como a adoção de renda como o critério de aferição da pobreza ou a utilização da idéia de necessidades básicas (basic needs) na conceituação e mensuração do fenômeno.

Para Hoffmann e Kageyama (2006, p.84) a pobreza tem uma dupla natureza, se por um lado deve-se ao subdesenvolvimento regional e local, que impõe privações em condições básicas de existência, por outro lado, tem raízes nas características demográficas e nas

limitações de capital humano e financeiro das famílias, que prejudicam a capacidade de elevar a renda familiar. Para operacionalizar este conceito foram combinados critérios de renda e carências de equipamentos básicos, como acesso à água potável, luz elétrica e instalações sanitárias apropriadas (HOFFMANN e KAGEYAMA, 2006, p.92-93).

Para Sonia Rocha (2006, p.28) a busca do índice ideal deve se ater à feição que o fenômeno da pobreza assume e às possibilidades concretas de política pública – esta última envolvendo desde a disponibilidade de dados estatísticos até a de recursos para intervenção. Como amplas parcelas da população brasileira não dispõem de recursos para atender suas necessidades básicas, o consenso é de que o conceito de pobreza relevante no país ainda é o de pobreza absoluta (ROCHA, 2006, p.175). Porém, é indispensável na operacionalização deste conceito a incorporação de certas necessidades mínimas para que as pessoas “funcionem” no contexto socioeconômico brasileiro (ROCHA, 2006, p.176). Assim, para o caso do Brasil é natural focar a questão da pobreza utilizando as abordagens da renda e das basic needs de forma complementar (ROCHA, 2006, p.28). Trata-se de estabelecer linhas de pobreza como crivo básico para diferenciar pobres de não-pobres com base em sua renda e

em seguida caracterizar a subpopulação pobre utilizando tanto outros indicadores de renda – grau de insuficiência de renda, desigualdade de renda – como outros indicadores relativos às necessidades básicas de educação, habitação, saneamento, acesso a serviços públicos etc (ROCHA, 2006, p.28). Para a autora esse procedimento é essencialmente flexível na medida em que tanto a definição e o nível da linha de pobreza quanto a escolha dos indicadores da qualidade de vida podem ser estabelecidos em função de condições concretas e propósitos específicos (ROCHA, 2006, p.28).

Como é possível de se notar, não há grandes diferenças entre o tratamento da literatura estrangeira e da literatura nacional com relação à abordagem de renda da perspectiva econômica. A prevalência do paradigma da pobreza de renda deve-se ao fato de que ele é relativamente fácil de compreender e implementar, isso tanto para o ponto de vista analítico como para o da concepção de políticas (BOURGUIGNON, 2006, p.78). A concentração dos esforços dos analistas e formuladores de políticas no espaço da renda é frequentemente difícil de ser evitada, dada a disponibilidade comparativamente maior de estatísticas de renda em relação a outros tipos de dados (SEN, 2008, p.168).

Porém, a renda ou o consumo devem ser vistos como resultantes de decisões que, em última instância, dependem das preferências do indivíduo tanto quanto de fatores que estão fora de seu controle (BOURGUIGNON, 2006, p.78). Por essa razão o enfoque no nível individual não é o único e nem necessariamente o melhor para o estudo do fenômeno. Renda é resultado de um complexo processo através do qual um indivíduo está relacionado à economia e à sociedade, mas é apenas um dos resultados da interação entre indivíduos, economia e sociedade. A crítica implícita da sociologia ao paradigma da renda é o fato de que a distribuição de renda é apenas uma de muitas outras distribuições que são importantes no mundo social (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.15).

O paradigma da pobreza de renda ao operacionalizar seus conceitos transformando-os em variáveis que serão objeto de medida, reduz todos os outros resultados – condições de saúde, bens públicos consumidos, etc., também responsáveis pelo bem estar do indivíduo – a um único componente. A focalização no espaço da renda das estratégias de mensuração construídas nos índices H, I, HI, O ou SO transforma um problema multidimensional em unidimensional. Os autores nacionais tratados aqui tentam resolver estes problemas incluindo outros

indicadores, incorporando à análise as basic needs. Mas não abandonam a idéia da centralidade de renda na compreensão e conceituação de pobreza. As estratégias de mensuração baseadas na renda impõem uma lente excessivamente abstrata, analítica e estatística sobre o problema de um mundo social tão institucionalmente estruturado em categorias, em grupos, ou melhor, em classes.

A medição da pobreza tem sido individualista no sentido de que o objetivo é medir a diferença entre os indivíduos e agregar essas diferenças em um único índice (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.10). Dentro desta formulação, a literatura técnica desenvolveu a teoria de medidas decomponíveis. Matematicamente, a exigência de que a repartição funcione para todas as classificações logicamente possíveis tem o efeito em que as únicas medidas de pobreza que sobrevivem, tratam cada indivíduo como uma ilha (SEN, 2006, p.44). A forma matemática da decomponibilidade teve o resultado estranho de excluir qualquer perspectiva comparativa (e os insights sociológicos correspondentes), o que é, na verdade, fatal para a medição da pobreza (SEN, 2006, p.44). A necessidade de apresentar os indivíduos em relação uns com os outros, e em relação com os grupos, vai além de tais considerações técnicas sobre a mensuração. Mas, estas medidas

decomponíveis só levam em conta as formas de mensuração que sobrevivem ao tratamento individual, não nos dizendo nada sobre importantes questões atinentes aos grupos, categorias, etc. A literatura econômica tem sido fundamentalmente individualista por natureza e não conseguiu, portanto, compreender que a pobreza está institucionalizada nas formas que dão origem a grupos socialmente significativos, que têm vida própria (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.11). Não é surpreendente que a economia tenha se apoiado tanto na renda como um importante indicador de bem-estar e tem tratado as políticas de melhoria de renda como peça central de qualquer estratégia para reduzir a pobreza (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.11). Isto apesar do conhecimento acadêmico e político de que ela não permite uma análise satisfatória sobre todas as questões atinentes à pobreza.

A ascensão da perspectiva dos modelos de classe no estudo do fenômeno da pobreza deve ser compreendida como a reação sociológica ao individualismo tanto do paradigma da renda quanto a outras abordagens unidimensionais (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.15). Apesar de sua simplicidade e praticidade, o paradigma da pobreza de renda na sua forma atual não é suficiente para lidar com várias questões importantes que aparecem em uma

definição mais geral ou uma análise mais geral da pobreza (BOURGUIGNON, 2006, p.88). As preocupações dos economistas com a multidimensionalidade até esta data não penetraram no mainstream da análise sobre a pobreza (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.12). Cada vez mais, saúde e educação são tratadas como elementos fundamentais para o bem-estar, mas tal prática é difundida lentamente e, normalmente, cada dimensão é tratada separadamente ou subsidiariamente à medida que tem a renda como base.

Também é necessário levar em consideração o fato que o diagnóstico precede a escolha de políticas (SEN, 2008, p.170). Isso é importante para assegurar que a indisponibilidade de recursos públicos para auxiliar na eliminação de severas privações não obrigue os cientistas a redefinir a própria pobreza (SEN, 2008, p.170). A recomendação de uma política está condicionada à exequibilidade, mas o reconhecimento da pobreza tem de ir além. Os três passos consistiriam em diagnosticar a privação, determinar o que fazer com os meios disponíveis e então escolher políticas reais.

Outro problema é que os economistas que levaram em conta a multidimensionalidade da pobreza não chegaram a um consenso sobre quais as dimensões que realmente importam, nem

mesmo sobre como eles podem decidir o que importa (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.12). Mas, há pouca dúvida de que definir a pobreza em termos de um conjunto multidimensional de dotações e acesso a mercados ou bens, em muitos casos é essencial (BOURGUIGNON, 2006, p.101). E a principal vantagem da mensuração baseada nestes conjuntos de dotações e acesso, ou seja, baseada nos modelos de classe, é que as categorias de classe estão institucionalizadas no mercado de trabalho e desta forma são mais do que construções puramente nominais ou estatísticas (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.14). Não se trata aqui de substituir completamente a lógica ou os levantamentos feitos no campo da economia, mas o fato é que os dados econômicos não podem ser bem interpretados sem a necessária compreensão sociológica (SEN, 2006, p.45).

PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA: CLASSES.

Dentro desta corrente, amplos e variados modelos de classe foram construídos, a maioria compartilhando o pressuposto de que as classes são definidas por condições estruturais. Esta abordagem foi até certo tempo a mais característica da perspectiva sociológica sobre temas como

a desigualdade e a pobreza. Tentou providenciar soluções aos problemas conceituais referentes ao desenvolvimento de medidas multidimensionais, à distinção entre resultados e capacidades e à compreensão das fontes do isolamento social (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.15). Nessa racionalidade as classes são vistas como uma espécie de “caixotes” pré-empacotados de condições estruturais (ex.: nível educacional, renda, riqueza, saúde, etc.) que se agregam ao grupo localizado em tal posição (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.16). Já que estes “caixotes” de dotações e recompensas não variam necessariamente em conjunto, as classes sociais não podem ser reduzidas a uma escala unidimensional (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.16).

A análise sociológica baseada no conceito de classe tem sua raiz nos trabalhos de Karl Marx e Max Weber (SAVAGE, 2002, p.70). Atravessando todo o século vinte, o debate acerca das classes desenhou-se sob o diálogo entre Marx e Weber, com sociólogos, economistas, historiadores, assim como outros cientistas sociais, firmando suas posições sobre as classes com base nos argumentos desses “pais fundadores” da sociologia (SAVAGE, 2002, p.70). Ambos os autores continuam a ser fonte inspiradora para a reflexão sociológica contemporânea, e quase todos os livros de

teoria social continuam a enfatizar sua relevância contemporânea (SAVAGE, 2002, p.70).

Grande parte dos marxistas posteriores seguiu os passos de Marx e Engels ao concentrarem sua atenção sobre a estrutura de classes de sociedades capitalistas (BOTTOMORE, 2001, p.62). O pressuposto de que as classes são definidas por condições estruturais revela na verdade que as classes enfeixam essas condições estruturais (educação, renda, riqueza, saúde, etc), que estão associadas às pessoas localizadas em determinada posição. A identificação e caracterização destas classes não advêm da simples observação, mas da exploração teórica da estrutura de classes. Esta abordagem enfatiza a identificação e descrição das estruturas de classe. Os indivíduos são os agentes dessa estrutura de relações sociais e a maneira como estão distribuídos dentro dela é comparativamente de menor importância (CROMPTON, 1996, p.93). A tarefa primordial é identificar a estrutura em si, e assim o real interesse dos indivíduos localizados dentro dela (CROMPTON, 1996, p.93).

Para Weber a situação de classe reflete na verdade as chances de vida determinadas pelo mercado (CROMPTON, 1996, p.94), ou seja, no capitalismo o mercado é o maior determinante das chances de vida

(BREEN, 2004, p.1). Só se pode falar em classe quando (1) um número de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas chances de vida, (2) este componente é representado exclusivamente pelo interesse econômico na posse de bens e oportunidades de renda e (3) é representado sob as condições do mercado de bens e serviços ou do mercado de trabalho (GERTH e MILLS, 1948, p.181 apud CROMPTON, 1996, p.94). Uma situação de classe é aquela em que há uma probabilidade compartilhada típica de aquisição de bens, de ganhar uma posição na vida e encontrar satisfação interior.

A diferença crucial entre as teorias de Marx e Weber segundo CROMPTON (1996) pode ser resumida como segue: em primeiro lugar, para Marx, as relações de classe são fundamentadas na exploração e dominação dentro das relações de produção, enquanto que, para Weber, a classe reflete as diferentes situações de chances de vida no mercado; segundo, o materialismo histórico de Marx dá uma primazia à “classe” na evolução histórica que está em desacordo com perspectiva de Weber sobre a explicação histórica e, finalmente, enquanto que para Marx a ação de classe é vista como inevitável, para Weber as classes representam apenas possível e frequente bases para uma ação

comum (GERTH e MILLS, 1948, p.181 apud CROMPTON, 1996, p.96).

Marx, portanto, via as classes como forças sociais reais com a capacidade de transformar a sociedade (CROMPTON, 1996, p.93). Dois grandes problemas foram identificados, os quais ainda são o foco do debate considerável dentro da sociologia: primeiro, a importância relativa da “economia” (ou forças de classe), em comparação a outras fontes de diferenciação social na definição das atividades humanas e, segundo, a consciência é ou não é essencial para a identificação de uma classe (CROMPTON, 1996, p.94). Para Marx, as relações de classe estão fundadas em exploração e dominação dentro das relações de produção, enquanto que, para Weber, as situações de classe refletem diferentes chances de vida no mercado (CROMPTON, 1996, p.96). Estas análises clássicas de classe ainda têm alguma pertinência, mas ambas sofrem de limitações quando o objetivo é explorar a sociedade capitalista contemporânea.

Ao tratarem sobre os segmentos mais baixos da sociedade, os desprivilegiados, a perspectiva sociológica de classes vai adotar o conceito de underclass, que pode ser traduzido como subclasse ou classes baixas. Este termo foi adotado pela tradição sociológica estrangeira mais recente. Os escritos de

autores remotos designavam o segmento inferior do estrato social de lumpemproletariado, guardando certa deferência à terminologia marxiana. Mas, para o entendimento deste trabalho, estas são palavras distintas com significados distintos, o que será esclarecido adiante. Esta perspectiva vai conceitualmente afirmar que existe um fluxo contínuo de pessoas entre a classe trabalhadora e os pobres, ou seja, da classe trabalhadora para a pobreza, da pobreza para a classe trabalhadora (MARKLUND, 1990, p.127). A característica distintiva é o pressuposto de que a posição social dos indivíduos é determinada principalmente pela sua situação laboral e as características do trabalho, especialmente de ocupação (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.14). A situação do emprego vai determinar a força de seu compromisso com a força de trabalho formal e a ocupação revela o poder de mercado e as chances de vida das pessoas que tenham compromisso substancial com a força de trabalho (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.14). As categorias dentro de um esquema de classes sociais convencionais geralmente são definidas em termos de distinções profissionais (profissionais liberais, empregados, trabalhador artesanal), ou outras características do trabalho (autoridade, autonomia e tipo de contrato de trabalho). Isso se dá em razão das

diferentes habilidades e treinamento que estas classes trazem consigo, o que conforma também sua remuneração. Assim, levando em conta a formulação desta perspectiva, a subclasse inclui os indivíduos precariamente ligados ao mercado de trabalho, com o mínimo nível educacional, nenhuma qualificação e consequente baixa remuneração.

Na medida em que o termo *underclass* pode ser identificado como um conceito e uma estratégia para mensuração marcadamente sociológico da pobreza, presta à sociologia as mesmas funções que o termo pobreza para a economia (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.14). Embora os sociólogos estejam menos preocupados do que os economistas em derivar taxas de incidência exatas (*headcounts*), a tarefa poderia facilmente ser realizada, bastaria ao sociólogo operacionalizar o conceito de fraca ligação com o mercado de trabalho e calcular o número de indivíduos abrangidos pela categoria (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.14).

A idéia de subclasse é análoga àquela de exército de reserva no sentido em que os pobres da subclasse são recrutados, recapturados, para a classe trabalhadora (MARKLUND, 1990, p.128). Assim, nesta perspectiva os pobres são vistos como parte de uma estrutura maior de classe e a pobreza é vista como uma

condição transitória. O risco de se tornar pobre varia de indivíduo para indivíduo na parte mais baixa da classe trabalhadora e varia na relação com níveis de desemprego e condições econômicas, mas o risco desta condição de pobreza ser permanente é baixo (MARKLUND, 1990, p.128). Oposto a isso está aquele conceito de *lumpemproletariado*, ligado à persistência da pobreza, à exclusão dos pobres da estrutura de classes e à exclusão das atividades convencionais da sociedade (MARKLUND, 1990, p.128). Estes conceitos, então, se complementam na conformação do conceito de *underclass*.

Levando em conta as considerações de Weber sobre o aspecto mais voltado para as chances de vida construídas no mercado, o conceito de subclasse ainda figura uma distinção importante. Numa economia de mercado, a principal determinante da posição social é a participação no mercado de trabalho e a vontade associada a se auto-mercantilizar (ESPING-ANDERSEN, 1999 apud GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). Este último termo enfatiza bem como as economias de mercado tornam todas as formas de estima, mesmo a auto-estima, em uma função de valor de mercado (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18-19). Quando os indivíduos não se auto-mercantilizam estão fora de uma das instituições mais fundamentais da

sociedade, ficando reduzidos a nulidades e cifras sociais (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19). É por isso que uma mera transferência de renda para as classes baixas é irrelevante no intuito de aliviar sentimentos de exclusão social. Essa transferência só chama a atenção para o fracasso inicial da auto-mercantilização (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19). Apesar de um mapa de classe também incorporar distinções de status social entre aqueles que têm um compromisso duradouro com o mercado de trabalho, a divisão social entre a subclasse e todas as outras classes parece especialmente grande, pois capta esta distinção fundamental: dentro/fora do mercado de trabalho (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19).

Para esta perspectiva sociológica desenvolvida dos modelos de classe, os indivíduos distribuídos dentro das classes que compõem a estrutura social têm dotações e obtêm resultados que estão perto das médias vigentes para suas classes (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). No caso da subclasse que se encontra na base da distribuição, o “pacote” de dotações e resultados combina: investimentos mínimos em ensino, oportunidades limitadas de qualificação para o trabalho, pouca ou nenhuma possibilidade de obtenção de credenciais, participação no mercado de trabalho de forma intermitente

e pouco marcante, pouca ou nenhuma oportunidade de autoridade ou de autonomia no trabalho realizado, precárias condições de saúde, baixa renda e depreciação social. Nesta visão não estão incorporadas as dimensões culturais ou as práticas sociais, o que levou alguns autores a construir uma noção que explorasse estes outros aspectos no estudo das classes.

Porém, estas formulações sustentam inadvertidamente algo que já é considerado um problema pela economia e pela sociologia modernas e que atinge a boa forma de mensuração da pobreza. A ênfase neste caso está nas oportunidades que um dado esquema de dotações e recompensas tolera, deixando em aberto que tais oportunidades podem ser realizadas de diferentes formas. Esta crítica assemelha-se ao argumento de Amartya Sen pelo qual as capacidades é que devem ser objeto de medida e não as recompensas. Tomar as classes como estes caixotes pré-empacotados de dotações e recompensas também implica em dizer que o espaço de resultados e capacidades é presumidamente de baixa dimensionalidade (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). Em outras palavras, as classes sociais contêm uma variedade delimitada de dotações e resultados e existe um esquema contendo poucas classes que pode caracterizar adequadamente o espaço

multidimensional (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). Além disso, para o estruturalismo, as classes são uma espécie de “status mestre”, ou seja, o efeito de classe é capaz de imperar sobre qualquer outra causa e superar qualquer efeito de nível individual (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). A partir destas tradições os sociólogos operaram sob o feitiço de um modelo analítico de classe que engloba um conjunto amplamente não testado de suposições sobre a estrutura do mundo social (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). No próximo capítulo restará a crítica a esta perspectiva do ponto de vista onde as classes (e especialmente a subclasse) não é apenas um emaranhado de condições estruturais, mas sim um fenômeno notadamente cultural.

PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA: SUBCULTURAS.

Em resposta à perspectiva sociológica mais clássica, surgiu um movimento que pode ser nomeado de Culturalismo. Para esta racionalidade culturalista as classes não são meramente constelações de condições estruturais, são também agrupamentos sociais fechados nos quais as culturas distintas emergem e passam a influir em atitudes, comportamentos ou até nas preferências dos membros da classe (GRUSKY e

KANBUR, 2006, p.19). Segundo esta tese, as duas formas principais em que as classes fecham-se em si mesmas são proporcionadas pela segregação do espaço de trabalho e a segregação residencial. Um bom exemplo para a primeira forma são as associações ocupacionais, já para a segunda forma são os guetos urbanos, vilas operárias, etc. Para as classes baixas o processo mais importante é a segregação residencial, já que seus membros vivem espacialmente isolados da cultura dominante nos guetos urbanos (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19).

Segundo Grusky e Kanbur (2006, p.20), para analisar o conteúdo desta cultura de classe, e logicamente a relação que esta estabelece com as condições estruturais, a literatura sociológica abrange três posições principais: meios prescritos culturalmente, fins prescritos culturalmente e culturas mal-adaptadas. A primeira posição sustenta que as culturas de classe codificam respostas comportamentais que otimizam as condições institucionais prevalecentes. Desta forma, são estabelecidas regras que permitem aos membros de classe realizar seus próprios cálculos de otimização, contando cada vez mais com as prescrições culturais, pois estas fornecem atalhos confiáveis à decisão correta. Estas regras são aquelas que podem ser chamadas de “regras de ouro”. Para a

segunda posição, estas culturas de classe representam visões de mundo globais, que instruem não apenas sobre os meios adequados para atingir fins, mas, além disso, informam sobre a avaliação adequada destes mesmos fins. Já para a terceira posição, estes meios e fins prescritos culturalmente são formas de adaptação que servem bem aos que se beneficiam deles, porém, há aqueles que, por contraste, são mal-adaptados. Pode-se então insinuar que possivelmente há culturas de classe marcadas por este mecanismo, uma má-adaptação que propaga, através de forças estruturais, tipos de personalidade que são contra-produtivas. Estas personalidades de baixa eficácia são, todavia, uma forma de adaptação, mesmo que neste caso a adaptação seja disfuncional. Esta má adaptação é o que caracteriza a subclasse.

Essa lógica culturalista de modelos de classe foi desenvolvida nos anos setenta por Pierre Bourdieu e em meados dos anos oitenta por sociólogos como Willian Julius Wilson, Nicholas Lemann, entre outros. As idéias destes cientistas sociais tornaram-se cada vez mais proeminentes dentre os sociólogos que estavam interessados nas dimensões culturais da estratificação (SAVAGE, 2002, p.76). Esta perspectiva que trata o tema da pobreza através do conceito de subcultura foi originalmente desenvolvida no âmbito da

antropologia social e da etnologia, que serviam antes para descrever as condições de vida entre as minorias étnicas (MARKLUND, 1990, p.128). Apesar do consenso entre estes analistas que o problema da pobreza seja de natureza cultural e não econômica, há um intenso desacordo sobre como exatamente normas culturais influenciam o fenômeno chamado de subclasse.

Padrões culturais específicos observados entre as pessoas pobres podem ser interpretados em termos de um ajustamento a forças externas e como foco para uma compreensão da própria pobreza (MARKLUND, 1990, p.129). Estas forças externas raramente são evidenciadas empiricamente pela perspectiva que tem por base o conceito de subcultura, antes são tomadas como o pano de fundo dentro do qual a cultura da pobreza floresce (MARKLUND, 1990, p.129).

Esse pano de fundo pode ser, por exemplo, a segregação do espaço de trabalho ou a segregação residencial mencionadas acima como as duas principais formas do “fechamento” de uma classe em si mesma. Para tratar especificamente sobre a cultura da subclasse seria preciso então voltar à atenção principalmente para os guetos urbanos. Isto porque a subcultura da subclasse seria gerada principalmente pela segregação residencial (GRUSKY e

KANBUR, 2006, p.19), já que a subclasse não está fortemente ligada ao mercado de trabalho. Aqueles indivíduos pertencentes à subclasse vivem em guetos urbanos que são espacialmente isolados da cultura prevalente na sociedade, permitindo assim que uma cultura distinta e oposta surja e se reproduza (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19).

Os proponentes dessa teoria, que é conhecida como “tese da cultura da pobreza”, acreditam que as dificuldades encaradas pela subclasse refletem o fato de que muitos dos pobres tenham desenvolvido sua própria e “patológica” categoria de crenças que não conduzem à mobilidade ascendente e prosperidade financeira (KELSO, 1994, p.167). Uma vez que estes grupos de baixa renda estabelecem sua própria subcultura, eles podem constantemente recrutar novos membros e os socializar de acordo com os valores desviantes dessa associação (KELSO, 1994, p.167). Essas crenças patológicas (ou ethos) da subclasse são passadas para os jovens membros do gueto, mantendo-os em um círculo vicioso de pobreza e desespero (KELSO, 1994, p.168). Até que seu isolamento das crenças e valores da sociedade como um todo seja rompida, há pouca esperança de que a subclasse abstenha-se de comportamentos autodestrutivos que os mantêm atolados na pobreza (KELSO, 1994, p.168). Aqui no

Brasil, um autor que seguiu esta linha de raciocínio foi Florestan Fernandes, como é possível notar em “A integração do negro na sociedade de classes”. Este clássico da sociologia brasileira tenta reconstruir a tragédia que o negro viveu no difícil processo de adaptação aos moldes da sociedade de trabalho livre, fruto de um passado degradante. Fato curioso é que cientistas sociais de ambos os lados do espectro político, da esquerda e da direita, expressaram uma ou outra forma da tese da cultura da pobreza (KELSO, 1994, p.168).

Estes efeitos da segregação residencial atuam de forma mais tênue em se tratando de outras classes sociais. Para estas últimas, as interações com outros grupos e a interação bem superficial dentre os membros de uma mesma comunidade residencial não podem ser levadas em conta, isto quando está se tratando da geração de uma cultura significativa (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19). Quando uma cultura distinta emerge fora da chamada subclasse, isso ocorre principalmente pela tendência dos membros de alguma categoria ocupacional interagirem desproporcionalmente uns com os outros no espaço de trabalho ou em atividades recreativas (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19).

Os principais autores desta perspectiva culturalista e suas respectivas

fundamentações teóricas, que são instrumentais na legitimação desta mesma perspectiva e na qual toda a agenda de pesquisa se apóia, não sustentam suas teorias e afirmações com dados empíricos robustos. As alegadas forças externas que obrigam a subclasse a ajustar-se ao contexto sócio-cultural são raramente evidenciadas empiricamente. A cultura da pobreza, entretanto, não é unicamente uma adaptação à série de condições objetivas impostas pela sociedade como um todo. Baixos salários, desemprego crônico, desemprego que leva a uma condição de baixa renda ou até mesmo de renda inexistente, o fato de não ser proprietário e nem manter reservas de recursos, falta de reserva de alimentos em casa, escassez de dinheiro; estas condições reduzem a possibilidade de uma participação efetiva no sistema econômico (LEWIS, 1968, p.50-51 apud MARKLUND, 1990, p.129). A perspectiva sociológica com base na análise de classes tem, sem dúvida, demonstrado resultados mais concretos em suas investigações, conforme será possível conferir. Além do que, nesta perspectiva firmada sobre o conceito de subcultura, as explicações estruturais sobre a pobreza não são contestadas, há simplesmente uma atenção maior sobre os mecanismos psicológicos de grupo (MARKLUND, 1990:129).

PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN: CAPACIDADES.

Amartya Kumar Sen é um autor importante para a reflexão desenvolvida aqui devido à qualidade e à originalidade de seus escritos. Seu trabalho influencia substantivamente as análises e programas de organismos como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, dentre outras. A preocupação com a desigualdade e a pobreza orientou profundamente a obra de Sen, levando esta a desenvolver-se em várias direções e com grande fartura (KERSTENETZKY, 2000, p.113). Devido à inadequação dos instrumentos de mensuração que utilizava, Sen acabou por produzir ou refinar muitas das ferramentas analíticas que utiliza (KERSTENETZKY, 2000, p.113). O trabalho desenvolvido por Sen se caracteriza por uma abordagem interdisciplinar que mescla principalmente elementos da economia, da filosofia e da sociologia. Amartya Sen resgata a abordagem em que economia e ética, economia e moral, estão intimamente relacionadas como já acontecia nos escritos dos fundadores da disciplina (Adam Smith, David Ricardo, etc., autores muito ligados ao que se chama de liberalismo clássico), mas o faz já em outro nível, considerando todo o acúmulo do campo e em especial da teoria da escolha social e da economia do bem-

estar. Sen explicita um saudável pluralismo de método que não o identifica coerentemente nem com a ortodoxia, nem com a heterodoxia na economia (KERSTENETZKY, 2000, p.114). É possível contrapor-se ao que assevera Gary Becker, que a economia caracteriza-se pelo método e não pelo tema, ao que pode-se deduzir do trabalho de Sen, qual seja, um tema base (desigualdade, pobreza), vários métodos (KERSTENETZKY, 2000, p.114).

A pobreza, para Sen, é melhor vista em termos de uma deficiência de capacidade do que em termos de baixa renda, utilidade, bens sociais primários, etc. A capacidade é um conjunto de vetores de funcionamentos, refletindo a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro (SEN, 2008, p.80). Os funcionamentos referem-se a atividades ou estados de existência, são a noção mais primitiva da abordagem da capacidade. Funcionamentos podem ser definidos como estados e ações que uma pessoa consegue realizar, referem-se a atividades ou estados de existência. Para Sen (2008, p.80), uma pessoa pode realizar funcionamentos e realizar funcionamentos é o traço primário do aspecto do bem-estar. Os funcionamentos realizados constituem o bem-estar de uma pessoa e, portanto, a capacidade para realizar funcionamentos constitui a liberdade da

pessoa para ter bem-estar (SEN, 2008, p.80). O “conjunto capacitário” reflete, no espaço de funcionamentos, a liberdade da pessoa escolher dentre vidas possíveis (SEN, 2008, p.80). Os funcionamentos relevantes para a análise da pobreza como deficiência de capacidade podem variar desde os físicos elementares como estar bem nutrido, adequadamente vestido e abrigado, evitar doenças que podem ser prevenidas, etc., até realizações sociais mais complexas tais como tomar parte na vida da comunidade, ser capaz de aparecer em público sem envergonhar-se, e assim por diante (SEN, 2008). A perspectiva da capacidade sobre a pobreza é inescapavelmente multidimensional, uma vez que existem diferentes capacidades e funcionamentos que se tem razão para valorizar (KERSTENETZKY, 2000, p.118-119). Na vida de qualquer pessoa certas coisas são valiosas por si mesmas, como nos exemplos acima. Estes funcionamentos são mais importantes que outros e são aqueles que devem ser igualados com mais urgência, pois uma vida digna só se realiza se estes funcionamentos básicos se realizam (DONINELLI MENDES, 2008, p.16).

A contribuição de Sen no que diz respeito ao tema da pobreza não se restringe a aspectos conceituais, mas avança também sobre os de mensuração e de políticas públicas (KERSTENETZKY,

2000, p.117). O problema mais geral é o questionamento do espaço de rendas para a medição da pobreza (SEN, 2008, p.169). O estudo então aplica-se principalmente sobre a crítica de todas as medidas que utilizam este espaço da renda e, portanto, concentram-se na concepção de pobreza em termos de baixa renda. Citando Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco*, Amartya Sen (2006, p.34) afirma ainda que renda e riqueza são apenas valores instrumentais e temos de ir mais fundo para entender o que torna a vida humana rica e as liberdades humanas efetivas.

O argumento de Sen (2008, p.173) é de que a pobreza não é uma questão de deficiência de bem-estar e sim muito mais um problema de incapacidade de buscar bem-estar, justamente pela falta de recursos econômicos – e a renda é apenas um dentre os vários outros componentes. O ponto principal está no fato de que a adequação dos meios econômicos não pode ser julgada desconsiderando-se a possibilidade real que qualquer pessoa tem de converter estes recursos em capacidades para realizar funcionamentos (SEN, 2008, p.174). Tratando especificamente da renda enquanto recurso econômico, Sen (2008, p.174) afirma que a adequação da renda para evitar a pobreza varia parametricamente com as características pessoais e as circunstâncias. Ter uma renda inadequada não é uma

questão de ter um nível de renda abaixo de uma linha de pobreza fixada externamente, mas de ter uma renda abaixo do que é adequado para gerar os níveis especificados de capacidades para a pessoa em questão (SEN, 2008, p.174). Esses níveis (mínimos) especificados de capacidades é que vão permitir que uma pessoa “funcione” satisfatoriamente em determinada sociedade.

Levando em consideração todos estes aspectos levantados acima, Amartya Sen (2008, p.180) conclui que a análise da pobreza que se concentra somente no espaço das rendas pode ficar bem longe do principal motivo pelo qual a pobreza gera tanto interesse investigativo, ou seja, a limitação das vidas que algumas pessoas são forçadas a viver. Além disso, esta focalização somente nas rendas pode deixar de apresentar orientação empírica quanto à gênese e o predomínio da privação (SEN, 2008, p.180). Pobreza é a privação das liberdades substantivas para levar o tipo de vida que se tem razão para valorizar (SEN, 2010, p.120).

O que ocorre é que Amartya Sen faz o raciocínio de forma inversa, partindo das considerações sobre os indivíduos e só então afirmando que é conveniente reunir estes em grupos como classe, raça, etc. O tecido das relações sociais não deixa estar um indivíduo solto no mundo, ele está emaranhado nos diversos tipos de relações.

Sen constrói sua perspectiva da capacidade através de uma análise atomizada, focada demasiadamente no nível individual (a trajetória individual, a situações a que está exposto o indivíduo e suas expectativas, etc.). Seu ponto de vista é o de um economista liberal não ortodoxo, mas a forma como ele aborda o tema da pobreza e a relação dentre desigualdade e pobreza através do conceito de capacidade, também desloca o problema para o foco no indivíduo como unidade superior de análise. O conjunto de resultados possíveis para uma pessoa com dotações próprias que enfrenta um determinado “meio ambiente” é referido como o conjunto capacitário por Sen e conjunto de oportunidades por outros escritores (por exemplo, para François Bourguignon). Por estar focada no indivíduo a análise não alcança a forma como a pobreza se estrutura e as próprias posições de destituição. Pobreza é, sobretudo, um problema relacional. Um problema forjado, sustentado e transformado no seio das relações sociais. E como afirma Wright (1994) e pode-se deduzir das análises empíricas de Figueiredo Santos (2009 e 2010) a pobreza não pode ser considerada meramente um infeliz subproduto do sistema social. Investimentos em educação, aprofundamento dos processos

democráticos, etc., não vão extirpá-la do cotidiano das vidas em todo o mundo.

Outra crítica à teoria construída por Sen advém da crítica sociológica ao paradigma da renda, ou seja, o problema está no alto grau de abstração requerido para a compreensão. Apesar de sempre trazer à luz exemplos verossímeis à realidade das posições destituídas, a linha de raciocínio e as respostas alcançadas por Sen não consideram a realidade antagônica do mundo social. Em outro sentido, o alheamento do conflito entre assertivas acadêmicas e conflitos entre interesses econômicos e políticos das classes confere ao discurso de Amartya Sen um tom apaziguador por demasiado abstrato. Sen encara o problema da pobreza de um observatório particular por ser um economista indiano, mas perde ao não operar conceitos como opressão ou exploração.

Por fim, constam abaixo os principais problemas na utilização do trabalho de Sen para a compreensão do problema da pobreza no Brasil. O primeiro é que ele não tem uma teoria estruturada sobre o tema, tem sim uma forma de pensar: a dimensão da capacidade. Esta dimensão conceitual não possui uma operacionalização clara, o que dificulta testes empíricos das assertivas de Sen. Também não é possível deduzir as diferenças de classe com base nas

diferenças de capacidade dos indivíduos. O problema é que as possibilidades de que os indivíduos desenvolvam suas capacidades depende da posição de classe que ocupam e não o contrário. A solução para o problema da pobreza segundo o que pode-se deduzir da leitura dos trabalhos de Sen pode ser considerada fraca. Em geral, a solução para Sen seria o incremento das capacidades dos indivíduos ou para utilizar seu vocabulário único, seria necessário atribuir mais liberdades aos indivíduos para que eles possam ter uma vida melhor. Outro problema é quais são e como viriam as transformações necessárias para o incremento das capacidades individuais das pessoas.

PERSPECTIVA DE CLASSE AMPLIADA.

A abordagem através do conceito de posições de classe destituídas engloba formulações teóricas e testes empíricos de autores predominantemente pertencentes à tradição marxista. O que é chamado aqui de perspectiva sociológica de classe ampliada diz respeito à uma extensão da reflexão que engloba as críticas dirigidas à sociologia baseada na análise de classe. Para buscar uma resposta ao problema da pobreza, crucial em nosso tempo, é claro que as observações sobre o comprometimento com a investigação de

autores clássicos e modernos são muito pertinentes, mas é em Marx e sob uma tradição marxista que se pode inspirar um trabalho de escrutínio da realidade que objetiva principalmente sua transformação, sua superação dialética, para que a próxima batalha possa ser travada em um nível mais elevado. Optar por uma análise sob uma tradição marxista implica tomar alguns pressupostos para o desenvolvimento da reflexão, em especial a preocupação com um feixe particular de mecanismos interligados: classe, relações de propriedade, exploração, modo de produção, estrutura econômica (WRIGHT; 1993, p.307). Somente através do marxismo enquanto análise de classes é possível ter acesso aos níveis subjacentes de um fenômeno como a pobreza, em um mundo socialmente estruturado.

O argumento principal é que a organização da produção material cria categorias desiguais de participantes nos processos produtivos e suas recompensas (TILLY, 2006b, p.8). A exclusão do controle de ativos produtivos gera a desigualdade e as inúmeras trocas desvantajosas entre as categorias aprofundam esta desigualdade, o que acaba por resultar em processos que levam à privação e à pobreza. O que se revela importante é que as diferenças categóricas de bem-estar suplantam a variação individual no interior das categorias. As

peçoas recebem benefícios de forma desigual, mas isto acontece de forma estruturada, onde conjuntos inteiros de peçoas recebem desigualmente estes benefícios e, portanto, não estão recebendo o mesmo tratamento por parte das instituições sociais. Um vasto conjunto de posições de classe destituídas caracteriza a especificidade da estrutura social no Brasil (FIGUEIREDO SANTOS, 2010, p.24).

Na tradição marxista, o conceito de classe apresenta certas propriedades essenciais. Trata-se de um conceito relacional, pois as classes são sempre definidas no âmbito das relações sociais, em particular nas relações das classes entre si; e também são antagonísticas, já que geram intrinsecamente interesses opostos. E as relações de exploração dão um caráter “objetivo” a esse antagonismo. Para Wright classe social representa uma forma especial de divisão social gerada pela distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos relevantes de uma sociedade. O poder causal da posição de classe é exercido ao se condicionar o acesso aos recursos produtivos e ao se moldar as experiências de vida nas esferas do trabalho e do consumo. O que a pessoa tem (ativos produtivos) determina o que ela obtém (bem-estar material) e o que deve fazer para conseguir o que obtém (oportunidades, dilemas e opções). Ao moldarem as experiências no âmbito do

trabalho, do consumo e as oportunidades de vida, esses dois processos primários geram efeitos de segunda ordem (padrões de saúde, atitudes etc.). Em decorrência da natureza dos poderes e direitos exercidos sobre os recursos produtivos, a pessoa enfrenta uma estrutura de oportunidades, dilemas e compensações (trade-offs) ao perseguir o seu bem-estar material (esforço, lazer e consumo).

Já o conceito de estrutura de classes refere-se à estrutura de relações sociais que define um conjunto de posições ocupadas por indivíduos ou famílias e que determina seus interesses de classe. Ela corresponde a uma estrutura de “lugares vazios” gerados pelas relações sociais de produção, que existe independentemente de pessoas específicas que ocupam posições determinadas. Trata-se, então, de um conjunto de posições de classe que existem independentemente das pessoas que o ocupam, mas que, todavia, determina os interesses de classe dos seus ocupantes. No que diz respeito à estrutura de classes, pode-se falar de posições vazias, população excedente absoluta e ocupantes de posições de classe. A noção de localização ou posição de classe, por sua vez, pretende definir a posição ocupada pelo indivíduo dentro das relações de classe.

Com este instrumental analítico em mãos e seguindo o parecer de Wright

(1994), o problema da pobreza global deve ser dividido em dois subproblemas, a pobreza gerada dentro das relações de exploração e a pobreza gerada fora das relações de exploração. O termo subclasse, já mencionado em capítulos anteriores, é utilizado de várias maneiras. Às vezes, é utilizado de forma pejorativa, assim como o antigo conceito marxista de lumpemproletariado, outras vezes ele é utilizado mais descritivamente para designar o segmento dos pobres cujas condições de vida são particularmente desesperadoras e cujas perspectivas de melhoria estão particularmente distantes. Uma forma de dar a este conceito um estatuto teórico mais preciso é vinculá-lo aos conceitos de exploração e opressão. Assim, subclasse pode ser definida como aquela categoria que contém agentes sociais que são economicamente oprimidos, mas não são consistentemente explorados dentro de um dado sistema de classe. Quando determinados agentes sociais conseguem vender sua força de trabalho, dado a condições de baixa qualificação dessa força ou baixa produtividade e pequeno lucro do empregador, ou seja, no caso da pobreza ser gerada pela exploração, tem-se outro segmento, o dos trabalhadores pobres. Diferentes tipos de estruturas de classe tendem a ter diferentes formas de subclasse e classes de trabalhadores

pobres. Para não haver confusões é melhor adotar o conceito de exclusão de ativos com sua ampliação criativa para as categorias denominadas pelo professor José Alcides como posições de classe destituídas em substituição ao conceito de subclasse.

Ao tratar sobre as posições de classe destituídas a idéia que unifica esse objeto é uma extensão conceitual do princípio da exclusão do controle de ativos (FIGUEIREDO SANTOS, 2010, p.25). A classificação socioeconômica de Figueiredo Santos incorpora critérios teóricos na constituição de categorias compondo várias áreas da estrutura social, atentas aos processos de assimetria no controle de recursos produtores de valor, dominação dentro da esfera de produção, apropriação de esforços produtores de valor e a distribuição de valor em uma economia capitalista (FIGUEIREDO SANTOS, 2010, p.27). As características peculiares da estrutura de classes brasileiras são o controle por parte de uma pequena minoria dos ativos de capital relevantes; as atividades não assalariadas possuidoras de ativos comportam uma importante parte do total da estrutura social; posições de gerência têm pouca densidade; a classe trabalhadora assalariada não compreende uma maioria; há um grande número de trabalhadores destituídos não inseridos em formas

coletivas de trabalho ou excluído dos empregos. Essas características conferem à estrutura social do país uma grande complexidade e heterogeneidade (FIGUEIREDO SANTOS, 2010, p.24-25).

Seguindo a estratégia de análise contida nos trabalhos de Figueiredo Santos (2009 e 2010) foi possível construir uma tabela que utiliza as mesmas categorias, mas coloca em evidência outros fatores. As dezesseis posições de classe estão alinhadas em quatro “grandes grupos”, de cima para baixo são: posições privilegiadas de classe, controladores de pequenos ativos, classe trabalhadora não destituída e posições de classe destituídas. Segundo Figueiredo Santos (2010, p.30) o que delimita as posições distintas de capitalista e grande fazendeiro, pequeno empregador e autônomo com ativos é o critério teórico de propriedade enquanto ativos de capital, com suas demarcações em termos de escala e modalidade da divisão do trabalho. Na categoria de agrícolas autônomos é preservada a situação diferenciada da produção agrícola de pequeno porte, onde o controle da terra existe como um ativo produtivo sem o recrutamento de trabalhadores assalariados. Autônomos especialistas, gerentes e empregados especialistas tratam-se de posições de classe-média privilegiadas, constituída por trabalho assalariado ou como atividade autônoma.

Empregados qualificados e supervisores são situações ambíguas de classe, parte integrante de uma configuração mais ampla da classe trabalhadora, baseado na noção de dominação. Essa ampla classe trabalhadora engloba o conjunto de trabalhadores típicos, que ocupam uma posição claramente subordinada em termos de credenciais e autoridade na esfera do trabalho, cuja relação de trabalho preserva de forma mais clara a interdependência assimétrica característica dos processos de opressão e exploração (FIGUEIREDO SANTOS, 2010, p.29). A classificação específica e qualifica o conjunto de posições destituídas constituídas dentro e fora do âmbito do trabalho assalariado (FIGUEIREDO SANTOS, 2010, p.29). Trabalhadores elementares e domésticos correspondem a situações de destituição existentes devido à forte depreciação econômica associada às suas tarefas e as circunstâncias de forte assimetria em que o trabalho é realizado. Os autônomos precários são privados de ativos de capital e qualificação, desenvolvem suas atividades nos interstícios dos mercados de bens e serviços. Os agrícolas precários possuem pouca ou parcelas insuficientes de terra, são produtores sem a propriedade legal ou venderam a totalidade (ou quase totalidade) da sua produção principal para um consumidor direto. O possuidor sem a propriedade legal da terra, além da

incerteza que enfrenta considerando sua relação jurídica com a propriedade, trabalha principalmente em terras de menor produtividade e/ou distante dos mercados (FIGUEIREDO SANTOS, 2010, p.29). No Brasil, fornecer a um consumidor direto em mercados locais representa uma atividade agricultora marginal (FIGUEIREDO SANTOS, 2010, p.29). A classificação apresenta também um segmento que é altamente desconectado do sistema econômico existente nas zonas rurais, são os trabalhadores de subsistência. As pessoas localizadas nessa posição gastam pelo menos uma hora por semana para garantir a subsistência de algum membro da família, não têm nenhuma renda, estão engajadas em alguma atividade destinada a subsistência material direta (FIGUEIREDO SANTOS, 2010, p.29). Num sentido mais amplo, a categoria de trabalhadores excedentes é composta pelos desempregados. São pessoas sem trabalho que tomaram a iniciativa de procurar trabalho em algum momento durante o período de um ano (a grande maioria em um período de 30 dias), ou que estão construindo algo para uso próprio. Esta posição social, excluída do mercado de trabalho, existe em função de um processo de estruturação e reprodução socioeconômica em que é formada uma capacidade de trabalho excedente, que não

tem utilidade social (FIGUEIREDO SANTOS, 2010, p.29).

Os indicadores selecionados nesta primeira tabela foram os recursos do domicílio, a renda familiar per capita e os anos de escolaridade, que refletem o estado econômico e social característico dos ocupantes de posições destituídas. A expansão da economia, do mercado de trabalho e da educação não se dá de forma homogênea, os processos de ampliação estão dissociados. Aqui não é feita a associação comum onde é estabelecida apenas uma correlação entre renda, educação e alguns bens adquiridos. Esta simples associação pela correlação, encontrada em inúmeros trabalhos, bem como no relato diário de veículos midiáticos, considera apenas como a educação pode alocar o indivíduo na estrutura hierárquica, sem questionar a própria estrutura. Para fugir a este senso comum enganoso e ilusório é preciso proceder à análise dos dados empíricos a partir da teoria construída dentro do marxismo enquanto análise de classes e sua adaptação para o contexto nacional. Os três indicadores são então expostos a partir de uma lógica posicional de classe, ou seja, recursos do domicílio, renda e educação são aqui tomadas como bens posicionais. A assimetria no controle (ou não-controle) de ativos produtivos que é responsável pela renda resultante, a

POBREZA NO BRASIL: SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE CLASSES

escolaridade atingida ou os recursos que guarnecem o domicílio. A pobreza incide na combinação de escassos recursos do domicílio, baixa renda familiar per capita e

poucos anos de escolaridade completados pelos indivíduos ocupantes das posições de classe destituídas.

Tabela 1

Indicadores Selecionados das Posições de Classe Destituídas e demais Categorias. Brasil, 2008.

Posições de classe	Recursos do domicílio (mediana)	Mediana relativa	Renda familiar per capita	Mediana relativa	Anos de escolaridade (mediana)	Mediana relativa
Capitalista	3,87	2,28	2300	5,54	12	1,50
Especialista autônomo	3,87	2,28	2062	4,97	15	1,87
Empregado especialista	3,58	2,10	1665	4,01	15	1,87
Gerente	3,12	1,83	1050	2,53	12	1,50
Pequeno empregador	3,12	1,83	950	2,29	11	1,37
Autônomo com ativos	2,25	1,32	555	1,34	8	1,00
Autônomo agrícola	1,04	0,61	295	0,71	4	0,50
Empregado qualificado	2,67	1,57	750	1,80	11	1,37
Supervisor	2,61	1,53	710	1,71	11	1,37
Trabalhador típico	1,86	1,09	457	1,10	10	1,25
Trabalhador elementar	0,66	0,39	263	0,63	5	0,62
Autônomo precário	1,27	0,74	357	0,86	6	0,75
Agrícola precário	0,45	0,26	195	0,47	2	0,25
Empregado doméstico	1,21	0,71	300	0,72	5	0,62
Trabalhador subsistência	0,45	0,26	199	0,48	3	0,37
Trabalhador excedente	1,25	0,73	207	0,50	9	1,12
Total das categorias	1,70	1,00	415	1,00	8	1,00

Fonte: Tabulações especiais do autor baseadas nos micro dados da PNAD de 2008.

O indicador de recursos do domicílio mensura como uma variável contínua a presença ou ausência de: propriedade do domicílio, carro, água encanada (proxy de padrão inferior de moradia), telefone fixo, geladeira, geladeira de duas portas, freezer, computador, telefone celular e máquina de lavar. Foi atribuído um peso a cada item

baseado no complemento da sua frequência relativa apurada em toda a amostra, de modo a aumentar o peso dos itens mais escassos. O índice de bens varia na amostra de zero a 4,7, com média 1,9 e desvio padrão 1,3. A mediana divide a distribuição ao meio e as posições destituídas estão entre os 50% mais pobres em termos de bens acumulados e renda per

capita. O valor mediano para as posições destituídas estão sempre abaixo do valor mediano geral, ou seja, a mediana relativa está sempre abaixo de 1. Os recursos do domicílio alcançam seu valor máximo dentre os destituídos na categoria dos autônomos precários, que é de 1,27, número bem inferior em comparação com os números das posições privilegiadas (agrupamento superior na tabela). Ao apurar a mediana relativa é possível constatar que o menor valor dentre as posições privilegiadas (1,83) é maior que o dobro no número mais alto dentre as posições destituídas (0,74). O cálculo da mediana relativa permite demonstrar o grau da desvantagem em termos de recursos e bem estar a qual é submetida uma pessoa que se encontra em uma dessas categorias do agrupamento inferior. A presença de bens e recursos em casa reduz o risco de pobreza. A própria habitação é um bem que melhora a qualidade de vida, especialmente da família. Seu papel como potencializador geração de renda não é desprezível, pode se tornar um ativo produtivo para micro produtores que utilizem sua casa como estabelecimento produtivo. O acesso a recursos domiciliares, embora importantes, podem ser insuficientes e é preciso aprofundar questões relativas ao uso, qualidade, desempenho e restrições dos outros

indicadores como a renda disponível e a escolaridade.

Os dados de renda disponível refletem naturalmente o padrão de consumo e bem estar material das pessoas (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:37). A renda dos destituídos varia de 199, caso do trabalhador de subsistência, até o montante de 357 reais do autônomo precário e no geral se situa em patamar bem abaixo das demais categorias de classe. Nesse caso também a mediana relativa encontrada para as posições de classe destituídas nunca ultrapassa o valor 1. Contrastando novamente o valor mais alto dentre as posições destituídas (0,86) e o valor mais baixo dentre as posições privilegiadas (2,29) a vantagem supera as duas vezes e meia. A percentagem de destituídos que estão entre os primeiros décimos da distribuição da renda familiar per capita no Brasil serve para testar a equivalência entre recursos controlados e resultados realizados. Uma enorme proporção daqueles que são destituídos segundo o critério de fatores determinantes de resultados (ativos) estão entre os relativamente pobres ao se olhar para os resultados (renda). As propriedades das posições na estrutura social são relevantes para determinar as vantagens e desvantagens que são obtidas, por sua vez, de modo independente das características e dos comportamentos individuais dos seus

ocupantes, existe um efeito estrutural puro (FIGUEIREDO SANTOS, 2002:200). A renda corresponde a um pagamento pela realização de alguma atividade ou simples direito sobre a propriedade que tem por base o controle de algum ativo produtivo.

A escolaridade foi mensurada de zero a 15 anos de estudos completos. Este indicador contribui para definir o perfil social tanto do ocupante como da posição ocupada (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:38). Com exceção do trabalhador excedente, todas as outras categorias dentro do agrupamento das posições destituídas possuem escolaridade bem distante do ensino fundamental completo (definido por 8 anos de estudos completos). O trabalhador excedente tem escolaridade mais próxima das categorias dentro do agrupamento logo acima na tabela que comporta a classe trabalhadora não destituída e sua mediana relativa é a única dentre as posições destituídas que supera o valor 1. Apesar desta qualificação diferenciada em relação aos demais destituídos, o trabalhador excedente está excluído do sistema social de produção. Esta contradição expõe significativamente a amplitude dos processos de exclusão, que atinge trabalhadores mais qualificados, assim como a escassez de posições ajustadas à maior escolaridade em particular no que se referem às coortes mais jovens. Os menores valores

encontrados podem ser atribuídos àquelas categorias que se encontram em atividade no setor rural: autônomos agrícolas, agrícola destituído e trabalhador de subsistência. Isso deve-se provavelmente em particular à dificuldade de acesso à educação encarada pelos setores rurais, seja pelas longas distâncias em que se encontram as instituições de ensino formal, seja pela avaliação negativa da relação custo/benefício proporcionado pela aquisição de maior escolaridade.

Tratando especificamente das categorias destituídas desta classificação é possível identificar os mecanismos que condicionam a localização desfavorecida. Trabalhadores elementares são assalariados sujeitos à uma grande depreciação de sua força de trabalho em razão de suas tarefas rotineiras e a imensa assimetria de poderes e direitos incorporados em suas relações de emprego (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Esta categoria é a única dentre os destituído onde é possível afirmar que o mecanismo de exploração atua profundamente, provavelmente combinado com outros mecanismos que permitam a estabilização da relação – como a hierarquização em entidades com um quadro estruturado de funções. Eles formam a categoria salarial mais importante entre o grupo de destituídos, que compreende cerca de 10% do total da estrutura social brasileira e também

representam a forte depreciação econômica e social do trabalho manual claramente sem as mais valorizadas habilidades comportamentais e cognitivas (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Os autônomos precários são trabalhadores sem qualificação que conduzem suas atividades de forma autônoma e sem instalações formais de trabalho (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Embora eles ganhem a vida de forma independente, são efetivamente privados de ativos de capital e de habilidade. Estes trabalhadores sofrem da restrição de oportunidades e são também “prejudicados” pelo que foi chamado de mecanismo de distanciação. O locus da sua atividade econômica pode ser a casa onde mora, a casa de sua família, de seu parceiro, de seu cliente, ou o local escolhido pelo cliente, em uma estrada ou área pública. São basicamente pequenos comerciantes sem ativos, um bom exemplo amplamente difundido no país são os camelôs. Eles nem sequer exercem a sua atividade com a utilização de um veículo motorizado (táxi, van ou caminhão pequeno), são auto-empregados e não possuem recursos (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Além disso, parte desse contingente é composto de formas atípicas, degradadas ou disfarçadas de trabalho explorado pelos seus empregadores, que têm lugar no domicílio do trabalhador ou em um local externo,

onde os trabalhadores são contratados por peça, comissão ou toda a tarefa a ser executada – em geral, são os chamados terceirizados. Segundo Figueiredo Santos (2010:35) a categoria de trabalhadores domésticos foi criada considerando-se a natureza não-coletiva do trabalho e da particularidade da produção de valores de uso para um lar. Constitui um importante contingente de pessoas que usam suas habilidades domésticas básicas para proporcionar a reprodução social das famílias de classes mais favorecidas. Os agrícolas autônomos são trabalhadores com terra insuficiente, pouquíssima integração com o mercado ou sem a propriedade legal da terra (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:35). Já os trabalhadores de subsistência estão domiciliados em áreas rurais e são compelidos a obter qualquer coisa, não importa o que e como, que ajude na subsistência direta de algum membro da família (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:35). Os trabalhadores excedentes representam uma posição social “negativa”, constituída por potenciais trabalhadores sem emprego ou outros ativos básicos para a obtenção de meios para sobreviver (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Esses trabalhadores formam a segunda maior categoria entre os destituídos. A noção de desemprego estrutural reforça a idéia de se considerar o desemprego uma posição social. A

existência de emprego regular pode ser considerada como um ativo básico para obtenção de meios de vida acima do nível da destituição ou sem ser dependente de subsídios do Estado (WESTERGAARD, 1995:31). Tal condição é de vital importância, como a obtenção de meios de vida depende do mercado, especialmente em um contexto econômico onde o emprego regular está cada vez mais raro (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Basicamente, todas estas posições destituídas podem ser incluídas em uma categoria de “excluídos”, todos sofrem com a exclusão de ativos, alternando entre os mecanismos que dão o “como” eles estão excluídos e porque são destituídos.

A adoção do conceito de posições de classe destituídas previne a formulação das críticas dirigidas ao conceito de subclasse (underclass), como aquelas que atribuem a ela a justaposição aos conceitos clássicos marxistas de lumpemproletariado e exército industrial de reserva. Estas classes destituídas são os segmentos que sofrem com os processos de exploração e opressão, estão relegados à base da estrutura social. Estas posições destituídas condizem com as categorias exploradas e oprimidas da formulação de Wright (1994), que adota a denominação de underclass e trabalhadores pobres; mas com a vantagem de evitar a confusão com

as diversas formulações do conceito de undeclass.

CONCLUSÃO

Esta abordagem pela perspectiva sociológica de classe ampliada é importante para a compreensão mais completa do problema da pobreza no Brasil. Isto não significa dizer que as outras perspectivas aqui apresentadas tenham se enganado sobre tudo. Pelo contrário, através das contribuições delas é que foi possível trilhar o caminho até aqui. Mas, acrescentar uma perspectiva de análise de classe para a análise da pobreza não é apenas adicionar mais uma variável a um rol de fatores em um modelo multivariado (WRIGHT, 1994, p.50). Uma vez que a análise de classe da pobreza argumenta que há um número significativo de pessoas privilegiadas, com um forte interesse material positivo na manutenção da pobreza, esta perspectiva muda a forma de pensar sobre a dinâmica política em jogo (WRIGHT, 1994, p.50). Uma das “vantagens” sobre as outras perspectivas apresentadas se dá em razão de uma abordagem que não se preocupa em ser “bem comportada”. Aqui não há problemas em se explicitar as características abalizadas pelo conflito social e, por isso, processos de exploração, exclusão e opressão econômicas não são encobertos.

As privações geradas pela não detenção de propriedade ou de ativos produtivos em um sistema capitalista não são simplesmente um infeliz subproduto da busca do lucro capitalista, são uma condição necessária para esta persecução. Isso é o que significa afirmar que os lucros capitalistas dependem da “exploração”. Isto não implica que os lucros são apenas “derivados” da exploração ou que o grau de exploração é uma das condições necessárias para os lucros em uma economia capitalista. Classes exploradoras, assim, têm interesse em impedir os explorados de adquirir os meios de subsistência, mesmo que, esta aquisição não assuma a forma de uma redistribuição da riqueza ou dos rendimentos dos capitalistas para os trabalhadores. Os interesses da classe capitalista são, portanto, opostos a programas de garantia de renda básica universal, taxas muito baixas e duradouras de desemprego, ainda que os impostos para sustentar esses programas sejam pagos inteiramente sem afetar seus próprios bolsos. Isso reflete o sentido em que a exploração capitalista gera fundamentalmente interesses antagônicos entre trabalhadores e capitalistas.

A predileção pela perspectiva baseada no marxismo enquanto análise de classe explica-se pelas vantagens

oferecidas por essa abordagem sobre o tema da pobreza no Brasil: ela insere-se em uma teoria geral (metateoria) da sociedade; trabalha relacionando causa, efeito e processo; é mais operacional e por isso facilita o levantamento de evidências empíricas; e, por fim, dispõe de explicações estruturais em detrimento das explicações conjunturais.

Por fim, cabe dizer ainda que a situação de exclusão é apenas parte do problema. A destituição pode ser reduzida, por reformas estruturais, mas caso a propriedade capitalista prossiga informando os sistemas econômico e social, também continuarão a exploração e a opressão. As relações de classe capitalistas perpetuam formas elimináveis de sofrimento humano, restringem a liberdade, limitam a democracia, ameaçam o desenvolvimento (em especial o desenvolvimento sustentável), etc. Dito isto, porque então analisar justamente a face da exclusão e não a desigualdade? O fato é que a exclusão é a parte do problema que mais gera constrangimento moral para o sistema. É possível eliminar as formas de destituição, mas unindo o problema da pobreza às outras considerações da perspectiva da análise de classes desde o início torna possível expor outros aspectos não tão evidentes. A simples eliminação da pobreza, particularmente em seu sentido absoluto, sem que esses outros aspectos

sejam atacados, deixaria ainda em ação os perversos mecanismos que constituem a privação relativa e a desigualdade entre categorias sociais.

Abstract:

This article addresses the problem of poverty in Brazil from the perspective of Marxism as class analysis. It's on the agenda of the theoretical and methodological discussion to establish another way for define and measure the phenomenon of poverty. Poverty can be conceptualized, measured and well thought through a strategy of class analysis that uses the concept of exclusion of assets and its extension to the creative idea of destitute class positions. The goal is to propose an analytical strategy that focuses what determines the results obtained by people in a capitalist economy. Critical realism has been adopted as metateoric support. The hypothesis is that a well-constructed class model answers to the dilemmas present in the broad field of the theme, this perspective answers are rooted in the social structure of the world. When placed in the foreground, class has a primary explanatory importance because the material aspect is a major explanation factor for the general theme of poverty. This knowledge is an essential source of information for public policy, not only with regard to the types of policies and services that should be adopted to improve the living conditions of the population, but mainly for the promotion of social justice. To achieve this purpose it is necessary to evaluate the factors that determine the relationship between the social positions, the characteristics of these positions and the trajectories that project actors in these circumstances. The study on poverty based on the model of class analysis also fills an important gap in the diagnosis of stratification and social exclusion after the works of classical sociology.

Key-words: Poverty. Class. Class positions.

BIBLIOGRAFIA

BOTTOMORE, Tom. (2001), **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BOTTOMORE, Tom. (2001), Verbetes: “classe” e “lumpemproletariado”, *in*:

BOTTOMORE, Tom. (2001), **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BOURGUIGNON, François. (2006), From income to endowments: the difficult task of expanding the income poverty paradigm, *in*: GRUSKY, David; KANBUR, Ravi. (2006), **Poverty and Inequality**. California, Stanford University Press.

BRADY, David. (2003), Rethinking the sociological measurement of poverty. **Workin Paper**. Durham, Duke University.

BRANTE, Thomas. (2001) Consequências do realismo na construção de teoria sociológica. Oeiras, **Sociologia**, set., no.36, p.9-38.

BREEN, Richard. (2005), Foundations of a neo-weberian class analysis, *in*: WRIGHT, Erik Olin (ed.). (2005), **Approaches to Class Analysis**. Cambridge, Cambridge University Press. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>.

Acesso em: 24/04/10.

- CROMPTON, Rosemary. (1996), The classic inheritance and its development, *in*: BRAHAM, Peter; JAMES, Linda (eds.). (2002), **Social Differences and Divisions**. Oxford, Blackwells.
- ENGELS, Friedrich. (2003), **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo, Escala.
- FIQUEIREDO SANTOS, José Alcides. (1998), A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright. Rio de Janeiro, **Dados**, v.41, n.2.
- FIQUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2002), **Estrutura de Posições de Classe no Brasil**. Belo Horizonte, UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ.
- FIQUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2005), Uma classificação socioeconômica para o Brasil. São Paulo, **RBCS**, v.20, n.58.
- FIQUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2008), Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. Rio de Janeiro, **Dados**, v.51, n.2.
- FIQUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2009), Posições de classe destituídas no Brasil, *in*: SOUZA, Jessé. (2009), **A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive**. Belo Horizonte, UFMG.
- FIQUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2010), Comprehending the Class Structure Specificity in Brazil. **South African Review of Sociology**, v.41, n.3, p.24-44.
- GACITÚA-MARIÓ, Estanislao; WOOLCOCK, Michael (orgs.). (2005), **Exclusão Social e Mobilidade no Brasil**. Brasília, Ipea.
- GERRING, John. (2001), Concepts: general criteria, *in*: **Social Science Methodology**. Cambridge, Cambridge University Press.
- GOLDTHORPE, John H. (2007), Cultural Capital: Some Critical Observations. **Sociologica**, n.2, p.1-23. Disponível em: <<http://www.sociologica.mulino.it/doi/10.2383/24755>>. Acesso em: 19/05/2010.
- GRUSKY, David; KANBUR, Ravi. (2006), **Poverty and Inequality**. California, Stanford University Press.
- HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Angela. (2006), Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Campinas, **Economia e Sociedade**, v.15, n.1.
- KANBUR, Ravi. (2002), Conceptual challenges in poverty and inequality: one development economist's perspective. **Working Paper**. New York, Cornell University.
- KELSO, William A. (1994), **Poverty and the Underclass: changing perceptions of the poor in America**. New York, New York University Press.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. (2000), Desigualdade e pobreza: lições de Sen. São Paulo, **RBCS**, v.15, n.42.
- LEITE LOPES, José Sergio; ALVIM, Rosilene. (2005), Pobreza e desigualdade

- social: enfoque das ciências sociais – particularmente da antropologia social, *in*: GACITÚA-MARIÓ, Estanislao; WOOLCOCK, Michael (orgs.). (2005), **Exclusão Social e Mobilidade no Brasil**. Brasília, Ipea.
- MARX, Karl. (2004), **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo, Boitempo Editorial.
- MARX, Karl. (1982), Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar, *in*: **Os Economistas: Karl Marx**. São Paulo, Abril Cultural
- MARKLUND, Staffan. (1990), Structures of modern poverty. Stockholm, **Acta Sociologica**, v.33, n.2. Disponível em: <<http://asj.sagepub.com/cgi/content/abstract/33/2/125>>. Acesso em: 21/05/2010.
- ROCHA, Sônia. (2006), **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- SAVAGE, Mike. (2002), Social exclusion and class analysis, *in*: BRAHAM, Peter; JAMES, Linda (eds.). (2002), **Social Differences and Divisions**. Oxford, Blackwells.
- SEN, Amartya Kumar. (2001), Poor, Relatively Speaking *in*: SUBRAMANIAN, S. (2001), **Measurement of Inequality and Poverty**. New Delhi, Oxford University Press.
- SEN, Amartya Kumar. (2006), Conceptualizing and measuring poverty, *in*: GRUSKY, David; KANBUR, Ravi. (2006), **Poverty and Inequality**. California, Stanford University Press.
- SEN, Amartya Kumar. (2008), **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro, Record.
- SEN, Amartya Kumar. (2010), **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras.
- SHAIKH, Anwar. (2001), Verbetes: “exército industrial de reserva” e “pauperização”, *in*: BOTTOMORE, Tom. (2001), **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- TILLY, Charles. (2006a), O acesso desigual ao conhecimento científico. **Tempo Social**, v.18, n.2. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10/05/2009.
- TILLY, Charles. (2006b), **Poverty and the Politics of Exclusion**. Background paper for World Bank Study: Moving Out of Poverty.
- WEBER, Max. (2002), **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo, Centauro.
- WEBER, Max. (2003), **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo, Centauro.
- WEININGER, Eliot B. (2005), Foundations of Pierre Bourdieu class analysis, *in*: WRIGHT, Erik Olin (ed.).

(2005), **Approaches to Class Analysis**.

Cambridge, Cambridge University Press.

Disponível em:

<<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>.

Acesso em: 24/04/10.

WESTERGAARD, John. (1995), **Who Gets What? The Hardening of Class Inequality in the Late Twentieth Century**. Cambridge, Polity.

WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. (1993), **Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história**. Petrópolis, Vozes.

WRIGHT, Erik Olin. (1994), **Interrogating Inequality**. London, Verso.

WRIGHT, Erik Olin. (1994), The class analysis of poverty, *in*: WRIGHT, Erik Olin. (1994), **Interrogating Inequality**. London, Verso.

WRIGHT, Erik Olin (ed.). (2005), **Approaches to Class Analysis**.

Cambridge, Cambridge University Press.

Disponível em:

<<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>.

Acesso em: 24/04/10.

WRIGHT, Erik Olin, (2005), Foundations of a Neo-Marxist Class Analysis, *in*:

WRIGHT, Erik Olin (ed.). (2005), **Approaches to Class Analysis**.

Cambridge, Cambridge University Press.

Disponível em:

<<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>.

Acesso em: 24/04/10.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Endereço Eletrônico: tukoop@gmail.com